

---

## Nicolau Maquiavel: realismo e humanismo na teoria política

*Niccolo Machiavelli: realism and humanism in the political theory*

*Substituí as bobagens endeusadas com as quais cansais os jovens órgãos de suas crianças por excelentes princípios sociais; ensinai a acariciar as virtudes das quais quase não faláveis antes.*

Marquês de Sade

*LA PHILOSOPHIE DANS LE BOUDOIR.*

*Lucas Catib De Laurentiis<sup>1</sup>*

*Roberto Baptista Dias da Silva<sup>2</sup>*

**Resumo:** O artigo tem dois propósitos. O primeiro deles é confrontar a teoria política concebida por Nicolau Maquiavel com a tradição humanista europeia. O segundo é identificar a originalidade e a radicalidade do pensamento político desse autor. Nesse sentido, constata-se que a teoria política por ele construída ino-

---

1 Mestre e doutorando em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo. Professor de Direito e advogado em São Paulo.

2 Doutor em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor e Coordenador da Faculdade de Direito da mesma Universidade. Advogado em São Paulo.

va ao confrontar as possibilidades e potencialidades do agir humano com dados e situações reais. Inserido nesse contexto, as ações políticas adquirem um novo sentido: ao invés de serem concebidas com base em paradigmas morais abstratos, elas são identificadas no agir socialmente responsável do homem político, o Príncipe.

**Palavras-chave:** Teoria política. Humanismo. Maquiavel.

**Abstract:** The article has two purposes. The first one is to confront the political theory conceived by Niccolò Machiavelli with the European humanist tradition. The second one is to identify the originality and radicalism of his political thought. In this sense, it is clear that the political theory he built innovates to confront the possibilities and potentials of human action with real situations. Inserted in this context, the political actions acquires a new meaning: instead of being conceived based on abstract moral paradigms, they are identified in social responsible acts of a political human being, the Prince.

**Key-words:** Political theory. Humanism. Machiavelli.

## Introdução

Maquiavel é um autor atual. Prova disso é o uso constante da expressão “maquiavélico”, o que em linguagem popular não quer dizer outra coisa além de não ter escrúpulos, não ter parâmetros, não ter moral. Obviamente, esses juízos de valor não são teoricamente justos. Além disso, são demasiadamente imprecisos. Mas o que importa, pelo menos para o público, não é o valor conceitual do que se diz. É a imagem que se faz. Maquiavel não é só o conceito, é também a imagem do mal. Representação do demônio? Talvez. Mas

é por uma expressão linguística, há muito tempo tornada popular, que sua imagem vem à tona: os fins justificam os meios! Frase que, pasmem, o autor nunca disse. Contudo, ela impregnou a figura desse autor por alguma razão, que pode não ser de fundo teórico, mas que demonstra a genialidade de seu pensamento.

Veja-se um exemplo da aplicação de tal expressão. Há algum tempo, em um seminário em que se discutia o caráter do personagem Paulo Honório, do Romance *São Bernardo* de Graciliano Ramos, um dos participantes disse: “Paulo Honório é maquiavélico, para ele os fins justificam os meios”. A impropriedade de tal afirmação era patente. Por isso, seria perfeitamente possível contestá-la afirmando que Maquiavel fundou a política moderna, que o seu pensamento foi concebido sobre bases abertamente republicanas e que sua teoria da ação política coloca em xeque a moderna relação entre política e sistema econômico. Contudo, essas afirmações não se fizeram necessárias. Não porque fossem incorretas. Não eram. Mas porque a afirmação daquele participante demonstrava cabalmente que Maquiavel tinha conseguido tornar prático e útil um dos ensinamentos mais importantes que dera aos novos príncipes: é melhor ser temido do que amado.<sup>3</sup>

Ou seja: Maquiavel conservou a imagem de sua filosofia no imaginário dos homens, assim como o Príncipe deveria fazer em relação aos seus súditos. Qual a razão disso? Essa é exatamente a questão a ser analisada neste trabalho. Todavia, Isaiah Berlin já nos deu uma indicação da possível

---

3 Na passagem completa da obra, diz o autor: “Os homens hesitam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, porque o amor é mantido por um vínculo de obrigação, o qual, devido a serem os homens perversos, é rompido sempre que lhes aprouver, ao passo que o temor que se infunde é alimentado pelo receio do castigo, que é um sentimento que não se abandona nunca” (MAQUIAVEL, 1983, p. 70).

resposta: Maquiavel foi desde técnico até artista da política; de realista convicto a cristão angustiado, de republicano a tirano famigerado. Foi tudo e não foi nada disso. Mas talvez seja isso mesmo que ele sempre quis ser. Com base nesse jogo de incertezas e na contraposição desses elementos que, aparentemente, são contraditórios, Maquiavel demonstrou, com sua própria história, que o importante para o jogo político não é só a essência das posições e ideias. Conta também a aparência. Dessa forma, se seu projeto era tornar a política uma prática, Maquiavel deu o maior exemplo possível: sua própria obra perpetua, como uma imagem difusa na mente de todos, o medo, que, como mostrou Hobbes, é a primeira condição da paz entre os homens: “O Estado se impõe e paralisa o morticínio quando o poder comum se mostra capaz de manter todos em reverente temor”.<sup>4</sup>

Mas o que causa tanto medo na teoria política de Maquiavel? A resposta a essa questão só pode ser dada pela análise de sua teoria da ação e pelo confronto de seu pensamento com a tradição medieval e humanista do pensamento político. Por isso, buscaremos nesse trabalho conduzir a investigação partindo da tradição humanista italiana, que como se verá não rompeu completamente com os paradigmas do pensamento medieval. Esse é o modelo de humanismo que será confrontado com a proposta teórica desenvolvida por Maquiavel. Contudo, o referencial teórico de tal análise será a relação da ação humana e, conseqüentemente, da ação política com o mundo que a circunda. Como teremos ocasião de observar, na formulação maquiavélica tal correlação confunde-se com a relação tensa dos conceitos *virtú* e *fortuna*.

---

4 RIBEIRO, 1984, p. 14.

## 2. A superação da teoria humanista

Santo Agostinho via a presença do homem no mundo tendo em vista um ideal, a Cidade de Deus. Nessa perspectiva, a obra humana não significava nada, pois era pura consequência da condição humana após a sua queda do paraíso. Nos mesmos moldes, Tomás de Aquino mostrou que a única ação capaz de oferecer algo para os homens, sejam eles chefes de Estado ou não, é a contemplação, pois “na ausência dela, somos jogados na incerteza”.<sup>5</sup> O humanismo subverteu tal visão de mundo ao colocar o homem no centro do universo. Tal mudança tem de ser entendida não só sob o prisma teórico, mas também pela via de seu significado ético e político. Claude Lefort sintetizou essa questão da seguinte forma: “O impulso da etudia humanitatis serve a uma nova ética da vida ativa contraposta à vida contemplativa, é a uma ética da vida do homem no mundo e de seu engajamento na Cidade”.<sup>6</sup>

Desde então, coloca-se uma questão eminentemente prática: até onde vão as possibilidades da ação humana? É possível que ela domine toda a natureza e conquiste as estrelas? No âmbito político, tais questões já haviam sido analisadas autores romanos. Eles haviam demonstrado que todo líder tem de ser, em alguma medida, bem afortunado, pois os mais altos objetivos humanos não podem ser alcançados a menos que a fortuna sorria para o agente.<sup>7</sup> Mas como persuadir essa deusa a olhar em nossa direção? Segundo um dos maiores estudiosos do pensamento político moderno: “A resposta óbvia é que a fortuna é mulher; e enquanto tal

5 BIGNOTTO, 1991, p. 39.

6 LEFORT, 1999, p. 213.

7 SKINNER, 1998, p. 57.

deixa-se atrair, sobretudo, pelas características do ‘vir’, o homem verdadeiramente varonil”.<sup>8</sup>

Por isso mesmo, um dos principais objetivos dos humanistas foi rejeitar a ideia medieval de que a fortuna seja apenas um agente cego da providência divina. Autores como Bruni ou Cavalcanti, por exemplo, insistiram em formular um conceito de humanismo segundo o qual a afirmação da liberdade cívica é o contraponto da fortuna individual. Em outros termos: “Para eles, na verdade, a ação humana possui uma tal dignidade, uma tal força, que lhe é possível superar sempre todos os obstáculos, desde que o homem tenha um perfeito domínio de si mesmo e de se entregar por inteiro à polis”.<sup>9</sup>

No entanto, com a queda da república florentina e a ascensão do modelo oligárquico da família Médici, essa afirmação da virtude como ação livre e cidadã caiu por terra. Cavalcanti, por exemplo, voltou atrás em suas ideias que afirmavam a possibilidade de uma ação republicana frente aos tiranos, para, armado de suas desilusões políticas, afirmar que os homens estão isolados e incapazes de resistir aos golpes da fortuna.<sup>10</sup>

Com isso, o humanismo mostrava sua contradição mais íntima, pois se o projeto humanista sustenta-se em dois pilares opostos – a imitação dos valores antigos e a valorização da experiência presente – cabe perguntar: como conciliá-los? Nos resumos das consules e das pratiche, essa contradição fundamental do humanismo cívico renascentista é evidenciada por três ilusões que encobrem a realidade florentina: “A ilusão de que os dirigentes gozariam de um domínio da ciência política [...], a ilusão de que a cidade seria beneficiária

---

8 *Idem*, p. 46.

9 BIGNOTTO, 1991, p. 34.

10 *Idem*, p. 38.

da proteção especial da providência e a ilusão de que seria depositária da herança de Roma”.<sup>11</sup>

Tais ilusões criam mais um paradoxo que se instalou no interior do humanismo clássico: se, por um lado, os autores que se engajaram nesse movimento buscaram formular um novo conceito da ação ética e política que se baseia substancialmente na defesa da liberdade e da autonomia individuais, por outro, eles mascararam uma ordem de coisas e uma situação social em que a maioria da população devia simplesmente reverenciar a camada dirigente. No caso, a oligarquia Médici. Essa contradição fica especialmente clara quando um pensador humanista como Bruni, a despeito de defender a formação de milícias civis,<sup>12</sup> condena uma revolta popular como a dos ciompi simplesmente em razão do ideal clássico da busca da ordem (unione) social.

O objetivo de Maquiavel, ao reformular a teoria da ação humanista, fica então explícito: trata-se, primeiramente, de desmascarar ditas ilusões teóricas criadas pelo humanismo clássico europeu, mostrando com isso suas contradições internas. Contudo, com base nessa premissa Maquiavel quer também mostrar que a ação humana – e principalmente a ação republicana, a única que corresponde à natureza do homem-cidadão –, não pode ser pautada unicamente por princípios estanques que desconsiderem a natureza específica das situações enfrentadas.

Quentin Skinner mostrou que essa mudança de visão, que de certo modo define o pensamento de Maquiavel, foi-lhe apresentada pela primeira vez em uma conversa travada com Francisco Soderini (cardeal de Volterra) no dia da eleição do papa Julio II. Todavia, a melhor formulação dessa regra veio a ser feita dois anos mais tarde, quando Pandolfo de

---

11 LEFORT, 1999, p. 149.

12 Os capítulos XII e XIII d’*O Príncipe* tratam longamente desse assunto.

Petrucci disse a Maquiavel que: “desejando cometer o menor numero de erros possíveis, conduzo meu governo dia a dia, e arranjo meus negócios hora a hora”.<sup>13</sup> A mesma ideia aparece em uma conhecida passagem d’O Príncipe na qual o autor analisa as virtudes próprias do novo governante. Distanciando-se completamente da tradição humanista, conclui-se então que: “sendo minha intenção escrever algo de útil para quem por tal se interesse, pareceu-me mais conveniente ir direto à verdade efetiva das coisas (verità effettuale), do que a imaginação dos mesmos”.<sup>14</sup>

### 3. Teoria da ação e teoria política em Maquiavel: uma questão atual

Com base em tais constatações, parece ser possível afirmar que Maquiavel formulou a primeira teoria realista da política. Na formulação de Leo Strauss: “Investindo contra a Fortuna, Maquiavel anunciou o reino da ciência moderna, que converte a natureza em matéria, de direito plenamente manipulável”.<sup>15</sup> Todavia, esse argumento traz consigo o risco da interpretação formulada por Ernst Cassirer. Ao separar completamente a lógica da ação política dos fundamentos da moral, ele diz que “o Príncipe não é nem um livro moral, nem imoral; é apenas um livro técnico”.<sup>16</sup>

Não parece ser necessário ir tão longe. Ao analisar as ações criminosas dos tiranos Agátocles da Sicília e Oliverotto de Fermo, o próprio Maquiavel parece negar tal interpretação. Isso porque, mesmo depois de sugerir que havia alguma virtude nas ações dos tiranos, diz que não podemos empregar o termo virtú para designar homens que não se

---

13 SKINNER, 1998, p. 32.

14 MAQUIAVEL, 1983, p. 62.

15 STRAUSS, 1984, p. 14.

16 CASSIRER, 1946, p. 153.



detêm frete a tamanhas crueldades. Desse modo, Maquiavel previne um duplo equívoco de interpretação: “Em primeiro lugar, ele nos mostra que não podemos pensar a política como algo que prescinde inteiramente da moral tradicional [...] porém não podemos deduzir daí que a religião tradicional seja a maneira mais segura de compreender a política”.<sup>17</sup> Isaiah Berlin viu nesse argumento a formulação de uma nova moral, que, contraposta aos valores cristãos, busca redefinir os valores públicos, sociais, pois: “A moralidade de Maquiavel era social e não individual: porém ela é uma moralidade, não menos do que as deles (os clássicos como Cícero ou Aristóteles), e não uma região amoral, para além do bem e do mal”.<sup>18</sup>

Com isso, Maquiavel nos mostra que os valores morais não são absolutos e que o valor da ação política deve ser definido não só com base nas intenções do agente, mas também e, sobretudo, com fundamento no contexto em que ela é realizada. Por isso é possível dizer que o valor da ação humana divide-se em um âmbito privado, em que conta a intenção pessoal, e um público, em que conta o resultado efetivo das ações. Há uma crítica velada nessa constatação. Maquiavel quer aqui nos indicar que o principal erro da visão filosófica-cristã foi ignorar essa cisão entre a ética pública e a privada e buscar unificá-las na figura do governante sumamente bom.<sup>19</sup>

Nesse ponto, o pensamento realista e desprovido de ídolos de Maquiavel nos mostra que há um nó na vida coletiva contemporânea: “Há um circuito do eu e do outro [...] o

---

17 BIGNOTTO, 1991, p. 132.

18 BERLIN, 2001, p. 60.

19 Vale lembrar que esse foi o mesmo erro do governo brasileiro anterior, que quando levou adiante a privatização do sistema Telebrás, justificou a manipulação do processo com base na responsabilidade pública do governante, mas, vendo que sua conduta se revelou moralmente condenável,

mal que faço, a mim o faço, e é pois a mim mesmo que luto ao lutar contra os outros”.<sup>20</sup> Por isso mesmo, o poder do ator, ou governante, não está em questão no momento da nossa ação. Esse poder é “da ordem do tácito”.<sup>21</sup> Trata-se, portanto, de um dos pressupostos de toda e qualquer ação humana.

O verdadeiro humanismo, o “humanismo radical”, deverá então mergulhar nesse mundo de incertezas e aparências que é a vida coletiva, mostrando que a “condição fundamental da política é a de se passar nas aparências”.<sup>22</sup> Isso não quer dizer que a política seja simples enganação. O que Maquiavel quer dizer é simplesmente que “mesmo verdadeiras as qualidades do príncipe estão postas à lenda, porque não são tocadas, mas vistas”.<sup>23</sup>

Nesse ponto, a responsabilidade do governante toma níveis trágicos. A maldição do poder que se encontra latente na fundação do Estado moderno cai sobre ele. O príncipe não vê mais a imagem de si mesmo que aparece aos outros. Ora, esse círculo só tem duas saídas. A primeira é voltar para o conforto da vida privada e renunciar à vida pública. O segundo é “procurar definir uma virtude pública, que consiste para o príncipe, em falar a esses espectadores mudos a sua volta”.<sup>24</sup> Como se sabe, para Maquiavel a primeira alternativa nunca foi plausível.

---

apelou para sua boa intenção. Essa confusão entre ética pública e privada, intenção e resultado, mostra a promiscuidade entre essas esferas nos dias atuais. Mais do que isso, tal argumentação desnuda o verdadeiro objetivo dos nossos governantes: uma ética da irresponsabilidade que, baseada na pressuposição – moderna é verdade – da relatividade dos valores, quer legitimar qualquer ação como boa. O que eles não vêem é que a ética da responsabilidade contém exigências morais ainda mais elevadas do que a ética privada. (Cf. RIBEIRO, 2000, *passim*).

20 MERLEAU-PONTY, 1958, p. 322.

21 *Idem*, p. 323.

22 *Idem*, p. 329.

23 *Idem*, p. 330.

24 *Idem*, p. 330.

## 4. Conclusões

As conclusões deste estudo simplesmente reafirmam os principais argumentos desenvolvidos no decorrer do texto. O primeiro deles não poderia deixar de ser a contraposição entre a tradição humanista clássica e a concepção política realista que foi concebida por Nicolau Maquiavel. Essa contraposição aponta para um ponto de inflexão no pensamento político: foi justamente a partir da perspectiva crítica e prática defendida por esse autor que noções como a unidade do poder político e o imperativo da preservação da ordem pública puderam ser construídas.

Ademais, o resgate do pensamento de Maquiavel mostrou que a atuação dos agentes políticos no contexto contemporâneo pode ser reinterpretada à luz de suas ideias. Exemplo disso é a noção da ética da responsabilidade, concebida por Max Weber, que apresenta muitos pontos em comum com o que Maquiavel denominava ação virtuosa. Para Weber, a ética da responsabilidade representa o conjunto de normas e valores que orientam a decisão do político a partir de sua posição como governante ou legislador<sup>25</sup>. Ou seja, o que está em jogo aqui será sempre a avaliação concreta da atitude do governante. Os parâmetros abstratos não são considerados.

Um governante que, por exemplo, tenha a convicção pessoal de que é necessária a redução de impostos, pode ter

---

25 Para ilustrar essa ideia, Weber utilizou o seguinte exemplo: “Pode-se demonstrar a um sindicalista convicto, partidário da ética dos objetivos finais, que seus atos resultarão num aumento das oportunidades de reação, na maior opressão de sua classe na obstrução de sua ascensão – sem causar nele a menor impressão. Se uma ação de boa intenção leva a maus resultados, então, aos olhos do agente, não ele, mas o mundo, ou a estupidez dos homens, ou a vontade de Deus que assim os fez, é responsável pelo mal” (WEBWE, 1979, p. 144).

realizado uma campanha eleitoral que proponha a redução da carga tributária. Essa proposta representa uma de suas crenças particulares. Contudo, uma vez no governo, ele se depara com a escassez de recursos financeiros para atender serviços públicos como segurança, saúde e educação. Frente a esse dilema, o governante terá de escolher entre as seguintes medidas: ou segue sua convicção particular ignorando que, com isso, faltarão recursos para que o Estado cumpra suas finalidades elementares, ou então, ao adotar uma medida fundamentada em sua posição de governante responsável, mantém ou eleva as alíquotas de impostos e viabiliza os recursos necessários para se atingir as finalidades do Estado.

Obviamente, não se trata de uma escolha fácil. Contudo, o grande mérito tanto de Maquiavel quanto de Weber foi justamente dizer que tais dificuldades são elementares e coessenciais à vida pública do governante. Não se trata, portanto, de uma escolha excepcional. Esse dilema é o que, de uma só vez, define o sentido do agir político e separa de forma radical as éticas que regem as esferas pública e privada. Se tudo isso é certo, poderemos repensar a afirmação com que se iniciou este texto. Maquiavel não é só atual no sentido de que suas ideias podem ser úteis para a compreensão de dilemas contemporâneos da política. É também atual porque os caminhos do futuro da política e da sociedade são, por ele, esclarecidos.

## Referências

BERLIN, Isaiah. A originalidade de Machiavelli. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad. Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

CASSIRER, Ernest. *The myth of the state*. New Haven: Yale University, 1946.

LEFORT, Claude. **Formação e autoridade: a educação humanista**. In: *Desafios da escrita política*. São Paulo: Discurso, 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MERLEAU-PONTY, M. Nota sobre Maquiavel. In: MERLEAU-PONTY, M. *Sinais*. Trad. Fernando Gil. Lisboa: Minotauro, 1958.

RIBEIRO, Renato Janine. *Ao Leitor sem medo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RIBEIRO, Renato Janine. As duas éticas ou a ação possível. In: RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000

SKINNER, Quentin. *Maquiavel: pensamento político*. Trad. M. Lucia Montes. São Paulo: Brasiliense, 1998.

STRAUSS, Leo. Les trois vages de la modernité. In: *Cahiers Philosophiques*, n. 20, pp. 11-23, 1984.

WEBER, Max. Ed. Gerth e C. Wright Mills. *Ensaio de sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

---

Recebido em 25/11/2011.

Aprovado em 13/12/2011.

